

### **2019.12.03 - Sessão de encerramento da Conferência Financiamento dos Media, organizada pelo Sindicato dos Jornalistas**

O que vos quero dizer, aliás na sequência de intervenções nos últimos anos, é muito simples e direto.

Primeiro. Ou a nossa Comunicação Social se entra em crise ou não se encontra. Eu penso que se encontra em crise económica e financeira, e por isso, institucional, substancial de capacidade de inovação, de valorização pessoal, jornalística, social e cívica.

Quem pensar o contrário terá de demonstrar que os números dos últimos exercícios são bons, representam a recuperação da crise financeira, que todos vivemos até há escassos anos, que as receitas publicitárias voltaram aos níveis anteriores à crise, que há condições sustentadas de investimento, de pagamento de dívidas acumuladas e de planeamento a médio e longo prazo.

Não encontrei, ainda, ninguém que mo demonstrasse de modo incontroverso e convincente.

Segundo. A crise não é igual àquela de que se fala noutros países europeus. Apesar de semelhanças, num ponto ou noutro, e até conexões específicas, é diversa, está a ser mais rápida e mais sensível até pela menor massa crítica da nossa economia nomeadamente no plano mediático.

Quem entender o contrário que explique as similitudes e aponte pistas de solução que não atendam à especificidade do caso português.

Não encontrei ainda ninguém que mas revelasse de modo persuasivo.

Terceiro. A crise de que falamos tem uma abrangência muito vasta, vai da imprensa local e regional à imprensa nacional, à rádio e à televisão, e deixa de fora muito poucos grupos ou subsectores, que de resto só na aparência se encontram mesmo fora dela.

Tenho encontrado escassos casos de quem me diz que está imune à crise e até a considera mais uma bolha psicológica do que verdadeira realidade.

São esses casos muito particulares a falarem neles próprios. Uns porque têm financiamento assegurado apesar de perdas ainda existentes. Outros porque esperam alavancar associações financeiras fortes para a formação de polos mais concentrados que dessa forma pensam que irão resistir melhor aos desafios dos próximos anos.

Respeitando, embora, esse otimismo empresarial e compreendendo que pode decorrer ou de apostas doutrinárias de longo prazo ou de tentativas de rearrumação no imediato de grandes medias, alguns dos quais com problemas financeiros, está por provar que essas apostas podem alterar o panorama global, nomeadamente na imprensa não digital e mesmo no audiovisual.

Francamente não consigo subscrever o otimismo de alguns minoritários.

Quarto. A entrada de muita imprensa no digital foi tardia e hesitou entre a gratuitidade e o pagamento. E o crescimento mesmo se evidente não tem compensado, pelo menos até agora, as perdas no papel se feita a comparação com 5, 10 ou 20 anos atrás. Há aqui um campo de evolução, mas de receitas ainda diminutas no imediato para os objetivos pretendidos.

As exceções pontuais tendem a confirmar a regra.

Quinto. Quanto à rádio e até quanto à televisão, o salto no digital, ainda que muito mais evidente do que na generalidade da imprensa, padece de um constrangimento maior: a

publicidade está longe de atingir as metas indispensáveis para que se possa dizer que equilibra duradouramente a situação das empresas.

Sexto. As plataformas digitais de âmbito multinacional vão ampliando a sua área de influência e ocupando espaço de conteúdos de origem vária sendo muito evidente que os poderes políticos nacionais aguardam posição conjunta europeia para se comprometerem com medidas concretas de qualquer espécie. Ademais se as plataformas mostrarem vontade ou avançarem mesmo com projetos de investimento nesses países sedutores para esbater protestos ou predisposições mais incisivas.

Ora a passividade verificada é preocupante e tende a ser auto perpetuada adiando regulações, aplicação de normativos ou imposição de justa remuneração de produtos de origem que não das próprias plataformas.

Sétimo. A explicação da crise para aqueles que pensam como eu que ela existe são na sua maioria esmagadora variadas., a explicação é variada e provavelmente com bons fundamentos. A incapacidade de certas empresas no seu ajustamento à acelerada mudança tecnológica; a crise de 2009 a 2014 e a saída lenta e sem recuperação de receitas; a morte ou a crise de grupos empresariais portugueses que iam viabilizando projetos empresariais no curto prazo embora sobretudo por motivações próprias; a profunda alteração no sistema bancário, em muitos casos esteio tradicional mesmo se complexo nas suas consequências, de financiamento da comunicação social; a convicção errada de que grupos externos poderiam vir preencher vazios nacionais; estratégias do setor muito lentas a reagir ou sem meios de atuação para essa reação; a anciania e quebra de qualidade, de conteúdos e métodos de comunicação; falta de perceção do alcance de novos media originários e visceralmente digitais que podem abrir para perspectivas pontuais a prazo, mas não têm ainda peso suficiente no panorama global.

Para sermos justos teremos de admitir de todos estes fatores um peso mais do que todos os outros: a crise profunda vivida durante anos na economia portuguesa. Crise essa vivida em cima de debilidades estruturais antigas o que originou efeitos cumulativos sem comparação com outras sociedades e com outros meios mediáticos vizinhos ou próximos.

Oitavo. Perante este panorama ou se pensa que vale a pena considerar grave a situação para a vivência democrática ou se entende que ela constitui apenas uma fase negativa, é certo, mas transitória, inevitável de uma perspectiva de substituição de um sistema caduco por outro que há-de surgir por força do exercício da liberdade e da concorrência.

Os que minimizam a crise ou são os que menos sofrem com ela ou aqueles que mais meios têm para a superar ou ainda terceiros que defendem uma rutura sistémica a seu ver cheia de virtualidades para a própria situação política em Portugal.

Eu percebo a posição destes últimos, mas não a posso sufragar porque precisamente a minha missão como Presidente da República é evitar essas ruturas democráticas.

Mas já tenho dificuldade em acompanhar o otimismo dos que sobreavaliam os seus recursos ou olham para sua força relativa de uma ótica de muito curto prazo. Prefiro pois ser realista e não minimizar o que não é minimizável, nem ignorar o efeito que a crise está a ter, já, e pode vir a ter ainda mais na degradação do estatuto social e deontológico dos jornalistas, no nível do jornalismo, e portanto, na qualidade da democracia.

Nono. Dentro daqueles que acreditam ser mesmo grave a crise existente, um cada vez maior número já percebeu que ou a sociedade civil age ou os poderes públicos não sentirão a

premência em agir, porque é eterna a invocação de limites orçamentais, limites esses mais evidentes para domínios sociais sensíveis para o comum dos cidadãos da saúde à segurança, do combate à pobreza e às desigualdades à educação. E o estado da comunicação social pode sempre ser apresentado como não prioritário para a maioria dos portugueses.

Se a isto se juntar o temor, aliás legítimo, de suspeição de cerceamento da liberdade de imprensa ou, pura e simplesmente, a falta de uma estratégia minimamente pensada de atuação por parte dos poderes públicos apesar do debate já ir em mais dois anos consecutivos, teremos uma realidade que permite sempre oferecer bons argumentos para não atuação dos poderes públicos.

Tudo o que a sociedade civil possa, portanto, lançar, animar, suscitar, desde a reorganização de grupos de media, com ou sem estrutura fundacional, à mobilização de mecenato para assinaturas ou estímulos e apoios à comunicação social e, desde logo, à leitura, passando por ação cívica com incidência no sistema tributário ou solidariedades transversais em campanhas públicas, é bem-vindo, chegando mesmo à imaginação geradora ou apoiante de novos modelos de comunicação social digital, a merecer compromisso estável de apoio por parte de fundações de referência na nossa sociedade.

Décimo. E devem poderes públicos fazer o que se faz em subsidiação incentivo genérico, mas amplo e diversificado, como na Suécia, na Bélgica, na Noruega, na Dinamarca e na Áustria, ou menos amplo e diversificado, em Espanha, na Grécia e vários Estados da Europa de Leste, ou na supressão ou redução de IVA, na Suécia, na Noruega, na Dinamarca, na Bélgica, na França, no Reino Unido, ou na redução de custos de serviços postais, na Bélgica, na Dinamarca, na França ou na Grécia, ou olhando a assimetrias territoriais na maioria dos Estados nórdicos ou atendendo à oferta Online, na Suécia e na França ou atendendo à situação de estruturas públicas fornecedoras de serviços mediáticos em diversos países europeus, ou acoplando-se a planos de literacia em geral em gerações diversas em países europeus ou não europeus como o Canadá?

Ou pelo contrário, devem os poderes públicos escudar-se atrás de motivos de boa consciência ou meras justificações financeiras, para não ensaiarem sequer algumas medidas, ainda que orçamentalmente circunscritas, para fazer face à crise vivida?

Sabem qual é a posição do Presidente da República, que muito agradece ao Sindicato dos Jornalistas esta iniciativa que superou largamente o seu apelo e patrocínio: é tempo de acordar para uma responsabilidade dos poderes públicos, que mais não seja, em 2020 de modo inicial, experimental, tentativo, à espera da estratégia que não existe e de uma visão de conjunto para os anos seguintes.

É muito cómodo para os que olham só para os seus interesses aparentes e imediatos fazerem de conta de que não há crise. É muito cómodo para os que encaram como natural e até salutar a crise à espera de ruturas que permitam construir o País novo.

É muito cómodo para os que têm recursos orçamentais contados e sabem que esta crise não vale, em termos públicos, o que valem outros apertos sociais, encararem as pretensões de intervenção pública como um devaneio intelectual uma luta corporativa, uma autojustificação serôdia do setor para erros cometidos no passado, mais ou menos recente.

Todas estas atitudes são muito cómodas.

Mas, a inércia, nem por isso deixará de cair em cima daqueles que pensam que escapam à crise e aos seus efeitos de toda a ordem. Não escaparão.

Com tais inércias começam ou agravam-se os processos mais críticos de enfraquecimento dos sistemas políticos, sociais e económicos e de debilitação das democracias. E aí muitos dos que pensam que escapam aos efeitos da crise não escaparão.

Nós, os que nos preocupamos com esta crise, não cometeremos tais erros.

O Presidente da República não cometerá o erro de se calar, de fingir que não há crise, de aderir à inércia, de tomar como natural a omissão de sociedade civil e dos poderes públicos. Antes continuará a suscitar o tema, sempre e a apoiar todas, mas mesmo todas as vias complementares da sua superação. As que vierem da sociedade civil e as que vierem dos poderes públicos.

Com isso podem contar todos os presentes e, o que é muito mais importante, podem contar todos os portugueses!